

- LXXXI -

## **POLÍTICA EDUCACIONAL E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)**

Severino Vilar de Albuquerque – UEMA

albuquerqueseverino@ig.com.br

### **INTRODUÇÃO**

O Plano de Ações Articuladas (PAR) constitui o planejamento estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado oficialmente em 24 de abril de 2007 por meio do Decreto 6.094, pelo Ministério da Educação. PDE tem como objetivo melhorar a qualidade da educação básica brasileira. Está estruturado em 28 diretrizes, a serem perseguidas até o ano de 2022, entre as quais, a formação continuada de professores constitui-se basilar para os alcances do objetivo do Plano. O PDE ancora-se no Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, constituindo-se como um marco na história da educação básica oferecida pelo poder público no país com vistas à melhoria da qualidade da educação.

Este artigo decorre de uma pesquisa que contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). O objetivo foi analisar a implantação do Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios maranhenses, no período de 2007 a 2016, buscando identificar as contribuições das ações de formação continuada de professores do PAR para a melhoria da qualidade da educação pública de São Luís/MA. O estudo apoia-se em Freitas (2007); Imbernón (2006); Krawczik (2008); Saviani (2009); Tardif (2007), entre outros autores que dão suporte conceitual à compreensão e à análise do fenômeno. A pesquisa, de natureza qualitativa, utilizou-se de entrevistas, observações sistemáticas e documentos oficiais. A análise gira em torno das categorias: participação; e, qualidade da educação, tentando responder à seguinte

questão: a formação continuada de professores contribui para a melhoria da qualidade da educação do sistema público de ensino de São Luís?

### **PDE, PAR E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO COMO FOCO DA POLÍTICA EDUCACIONAL**

O PDE apresenta-se com uma perspectiva sistêmica da educação, isto é, vê o ensino fundamental relacionado ao ensino superior, o incentivo à pesquisa influenciando no ensino médio e o transporte escolar articulado com a remuneração dos professores (BRASIL, 2007). Na base que sustenta o PDE, PAR apresenta-se como planejamento estratégico voltado para a elevação dos indicadores da qualidade da educação básica, medida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). No âmbito do PDE, a formação continuada de professores ocupa centralidade por ser considerada, na essência do Plano, como importante estratégia para assegurar a melhoria da qualidade da educação básica do país.

O PAR, de caráter plurianual, se apresenta como uma proposta democrática, porque prevê a participação de gestores, educadores e comunidade no processo de elaboração. É baseado em diagnóstico de caráter participativo, e elaborado a partir da utilização do Instrumento de Avaliação de Campo que permite a análise compartilhada do sistema educacional em quatro dimensões: gestão educacional; formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação; e, infraestrutura física e recursos pedagógicos.

As perspectivas do PDE podem ser melhor compreendidas no documento (BRASIL, 2007, p. 6-7) quando enfatiza que

A razão de ser do PDE está precisamente na necessidade de enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais. Reduzir desigualdades sociais e regionais, na educação, exige pensá-la no plano do país. O PDE pretende responder a esse desafio, através de um acoplamento entre as dimensões educacional e territorial operado pelo conceito de arranjo educativo. Não é possível perseguir a equidade sem promover esse enlace. [...] O enlace entre educação e desenvolvimento é essencial na medida em que é por meio dele que se visualizam e se constituem as interfaces entre a educação como um todo e as outras áreas de atuação do Estado. Não importa a abrangência do território considerado, o bairro ou o país.

Para a consecução das diretrizes, o MEC visa oferecer por meio do PAR dos municípios, em regime de colaboração, assistência técnica e financeira por meio de ações com vistas à melhoria do atendimento educacional dos sistemas públicos de ensino.

### **A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) EM SÃO LUÍS/MA: RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No que se refere ao Ideb, a rede pública de ensino de São Luís não apresenta um quadro animador, se comparado com as metas estabelecidas pelo MEC, conforme quadro que se segue.

**Tabeka 1** - Ideb dos município de São Luís – Ensino Fundamental

Município	Ideb Observado					Metas Projetadas				
	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015
SAO LUIS	4.0	4.3	4.2	4.1	4.5	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0

Fonte: O autor, a partir da base de dados do MEC/INEP – 2016

De maneira geral o quadro mostra um retrocesso durante o período da implementação do PAR (2007-2016), o que indica que as ações do PAR voltadas para a formação continuada de professores não produziram efeitos favoráveis à melhoria da qualidade da educação pública nesse município, fato confirmado pelos depoimentos de professores entrevistados.

A observação e os documentos permitiram conhecer a pouca atuação do poder público municipal no atendimento educativo. Gestores e professores reclamam das condições de trabalho, como, por exemplo, espaços escolares adequados às atividades educativas e material didático-pedagógico para a realização do trabalho docente. No que diz respeito à formação continuada de professores, constatou-se que o foco tem sido para a preparação da Prova Brasil.

Outra constatação da pesquisa foi a de que a construção do diagnóstico e de elaboração do PAR não contou com a participação da comunidade escolar como prevê o PDE, ficando tal processo restrito ao âmbito das secretárias de educação e de técnicos por

elas designados, sob a orientação de técnicos do MEC e/ou de consultoria da secretaria de educação do Estado do Maranhão.

Quando o interesse foi saber sobre as contribuições da formação continuada para a qualificação do trabalho docente, para o processo ensino-aprendizagem e para a qualidade da educação escolar, os depoimentos são reveladores da fragilidade do processo de formação continuada, indicando que a formação que recebem além de não atender às reais necessidades do trabalho docente, são voltadas exclusivamente para elevação do IDEB.

## CONCLUSÕES

O estudo concluiu que mesmo nas escolas bem avaliadas no Ideb não dar para relacionar os resultados à atual política de formação continuada do PAR. Questões levantadas por professores e gestores escolares, como: recursos materiais e didáticos, não oferecidos ou disponibilizados de forma insuficiente aos professores; instalações das escolas e das salas de aula, geralmente inapropriadas para a realização do trabalho escolar; formação continuada, em grande medida, fora de sintonia com as reais necessidades de professores e gestores escolares (quando existe); além de outras, refletem sua qualidade do atendimento educativo.

Outra constatação da pesquisa é a de que existe uma preocupação dos gestores em elevar do Ideb das escolas, o que implica formação continuada voltada somente para esta finalidade. O estudo concluiu, por fim, que a quase inexistente participação da comunidade escolar na definição das ações do PAR, além das sucessivas mudanças na gestão municipal constituem entrave à efetivação da qualidade da educação municipal.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Brasília, D.O.U., 5/10/1988

\_\_\_\_\_, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Institui o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, D.O.U. de 25 de abril de 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e Programas**. Brasília, 2007. (Caderno de divulgação das razões, princípios e programas do PDE)

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, 2016**. Disponível em: [http://portaldeb.inep.gov.br/index.php?option=\\_content&task=view&ltmid=14](http://portaldeb.inep.gov.br/index.php?option=_content&task=view&ltmid=14)>Acess Acesso em: 18/ago./2016.

FREITAS, Helena Costa Lopes. A (nova) política de formação de professores: a propriedade postergada. **Educação & Sociedade**. Campinas (CEDES), vol. 28, nº 100, out., 2007, p. 1203-1230.

IMBERNÓN. Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção questões da nossa época).

KRAWCZYK, Nora Rut. **O PDE: novo modo de regulação estatal?** Campinas, Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 135, p. 797-815. Set./dez. 2008.

SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: uma análise crítica da política do MEC**. Campinas: Editores Associados, 2009. (coleção Polêmicas do nosso tempo, 99).

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 8ed. Petrópolis: Vozes, 2007.